


Fernando Araújo
Secretário de Estado Adjunto e da Saúde



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE

O MINISTÉRIO DA SAÚDE E A UNIVERSIDADE DO PORTO, ATRAVÉS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR

Considerando que:

1. O XXI Governo Constitucional, no seu programa para a saúde, estabelece como prioridade aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos e a motivação dos profissionais de saúde, promovendo uma melhoria da articulação entre as funções assistenciais, de ensino, de formação pré e pós-graduada e de investigação em universidades e a adequação da oferta educativa ao nível do ensino superior às necessidades de profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde;
2. A Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro, Lei de Bases dos Cuidados Paliativos (LBCP), veio criar a Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP), dotando-a de uma especificidade própria, tendo sido agora designada a Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, a quem compete, designadamente, coordenar a RNCP e estabelecer orientações estratégicas e técnicas no domínio da formação contínua e específica dos diversos grupos de profissionais e voluntários a envolver na prestação de Cuidados Paliativos;
3. A Base XXVII da LBCP determina que a política de recursos humanos para as unidades e equipas de Cuidados Paliativos rege-se por padrões de qualidade, baseada na formação específica, de acordo com os níveis de diferenciação recomendados;
4. O investimento em formação específica e na dinamização do ensino na área dos Cuidados Paliativos é fulcral para a prestação de Cuidados Paliativos de qualidade para a valorização dos mesmos;
5. Nas atividades que vierem a ser planeadas e enquadradas nesta área de formação e investigação específica, importa que o Ministério da Saúde e a Universidade do Porto, através do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS), procurem manter um diálogo de interesse recíproco;
6. O Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, na linha da sua política de promoção das melhores práticas clínicas, entende ser a aprendizagem de competências clínicas nos diferentes níveis de cuidados de saúde uma prioridade formativa e de investigação.
7. Em 21 de junho de 2004 foi celebrado um protocolo de cooperação pedagógica e científica entre o Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil (IPO do Porto) e o ICBAS que



- incluiu os cuidados paliativos e, desde então, os estudantes do Mestrado Integrado de Medicina têm uma unidade curricular opcional no âmbito de cuidados paliativos.
8. No atual ano letivo a unidade curricular passou a ser lecionada no Centro Hospitalar do Porto tendo como responsável, a coordenadora da Equipa Intra-hospitalar de Suporte de Cuidados Paliativos.
 9. Dada a importância que os cuidados paliativos representam, a recente reestruturação curricular do ciclo de estudos, que se encontra em fase terminal, reflete também a importância da mesma, através do ajuste de créditos ECTS (*European Credit Transfer System*).
 10. Têm sido desenvolvidas dissertações de mestrado no âmbito do ensino pré-graduado, mas também no Pós-Graduado, designadamente nos Mestrados em Oncologia e Ciências de Enfermagem e ainda no Doutoramento em Enfermagem.

É celebrado o presente protocolo de colaboração entre:

O MINISTÉRIO DA SAÚDE, com sede na Avenida João Crisóstomo n.º 9, 1047-062 Lisboa, aqui representado pela Presidente da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, Dr.ª Edna Maria Fonseca Gonçalves;

E

UNIVERSIDADE DO PORTO, ATRAVÉS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR, com sede na Rua de Jorge Viterbo Ferreira n.º 228, 4050-313 Porto aqui representada pelo seu Diretor, Prof. Doutor António Sousa Pereira;

Que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Protocolo tem como finalidade enquadrar a colaboração entre o Ministério da Saúde e o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, adiante designados, em conjunto, por Partes, em matéria de Cuidados Paliativos e do seu desenvolvimento estratégico.



Cláusula 2.^a

Áreas de Colaboração

No âmbito do presente protocolo, as Partes comprometem-se a colaborar e manter um diálogo de interesse recíproco, em matéria de Cuidados Paliativos, nas seguintes áreas:

- a) Formação pré-graduada, no sentido de serem incluídos no ciclo de Estudos Integrado do Mestrado em Medicina novos conteúdos de medicina paliativa, com vista à eventual introdução da unidade curricular e/ou dos respetivos conteúdos programáticos no currículo base ou *core* do ciclo de estudos;
- b) Formação pós-graduada, no sentido de promover maior disponibilização de formação ao nível das pós-graduações, mestrados ou programas doutorais em medicina paliativa;
- c) Investigação em Cuidados Paliativos;
- d) Em qualquer outra área a ser decidida entre as Partes, relevante na área dos Cuidados Paliativos.

Cláusula 3.^a

Formas de Colaboração

1. A colaboração a ser desenvolvida entre as Partes revestir-se-á das seguintes formas:
 - a) Acordos específicos;
 - b) Projetos conjuntos;
 - c) Intercâmbio de Informação;
 - d) Realização de reuniões de colaboração, conferências e seminários;
 - e) Cursos, seminários, simpósios e conferências;
 - f) Consultorias e recomendações técnicas;
 - g) Intercâmbios e visitas técnicas de especialistas;
 - h) Redes de Colaboração nas áreas definidas no presente protocolo;
 - i) Outras formas a serem decididas pelas Partes.
2. Para o desenvolvimento da colaboração referida no presente protocolo, as Partes comprometem-se a potencializar a utilização de fundos nacionais e internacionais existentes nas respetivas áreas.
3. A elaboração de protocolos de colaboração com terceiros nas áreas identificadas no presente protocolo pode ser notificada à outra Parte para eventual participação.

Cláusula 4.^a

Disposições Gerais

1. O presente protocolo de colaboração apenas pode ser alterado ou modificado mediante documento escrito e assinado pelas Partes.
2. Quaisquer dúvidas omissões e alterações surgidas na execução do presente protocolo de colaboração são resolvidos por mútuo acordo entre as Partes.

Cláusula 5.^a

Produção de Efeitos

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e vigora por um período de um ano, sendo automaticamente renovado por igual período caso não seja denunciado por qualquer das Partes, nos noventa dias anteriores ao seu termo.

O presente protocolo foi lido, assinado e rubricado pelas Partes, tendo sido entregue um exemplar a cada uma delas.

Lisboa, 4 de outubro de 2017

A Presidente da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos



(Dr.ª Edna Maria Fonseca Gonçalves)

O Diretor do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar



(Prof. Doutor António Sousa Pereira)